

EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

Rildo Alberto Pantoja[1]

Flavia Luenny da Silva Mota[2]

Pedro Trindade Valente de Oliveira[3]

Heloísa da Silva Borges[4]

Círculo de Saber: Questão agrária e disputas territoriais dos povos do campo, das águas e das florestas

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre o território ribeirinho no contexto da Educação do Campo, fundamentada na Geografia Crítica e na epistemologia marxista. A partir da análise de autores como Haesbaert (2007), Raffestin (2011), Santos (1999) e Saquet (2007), discute-se a heterogeneidade dos territórios amazônicos, compreendidos como espaços multidimensionais e simbólicos, caracterizados por práticas sociais, culturais e políticas. O estudo evidencia que a educação ribeirinha fortalece as identidades territoriais e promove uma pedagogia contextualizada, voltada para a emancipação dos sujeitos do campo. Utilizando uma abordagem qualitativa, dialética e bibliográfica, a pesquisa destaca o papel estratégico do ensino de Geografia na valorização das territorialidades históricas e geográficas que reafirmam as singularidades sociais. Conclui-se que a Educação do Campo, quando articulada às realidades ribeirinhas, representa uma ferramenta de transformação social e de afirmação cultural frente às pressões do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Educação do Campo.

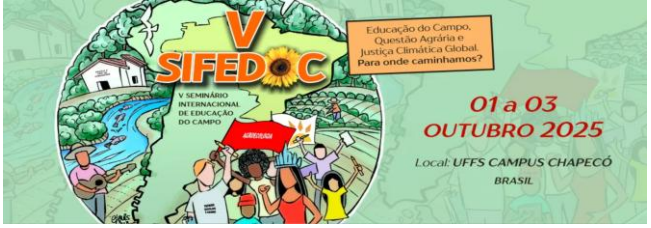
Introdução

[1] Mestrando em Educação e professor de geografia da secretaria municipal de educação de Manaus/Am. E-mail: rildopantoja75@gmail.com

[2] Doutoranda em Educação. E-mail: flavia.mota@ufam.edu.br

[3] Mestrando em Educação e professor de educação física da secretaria de estado de educação e desporto/Am. E-mail: pedrovalentte93@gmail.com

[4] Doutora em Educação e professora titular do programa de pós-graduação de educação da UFAM. E-mail: heloborges@ufam.edu.br.



A Amazônia tem sido palco de intensas transformações em sua organização espacial, impulsionadas por interesses econômicos, políticos e sociais que tensionam os modos de vida dos povos originários e tradicionais. Nesse contexto de disputas territoriais, emergem novas territorialidades, construídas a partir de práticas sociais, culturais e políticas de resistência que reafirmam a presença e a identidade desses grupos frente às pressões externas.

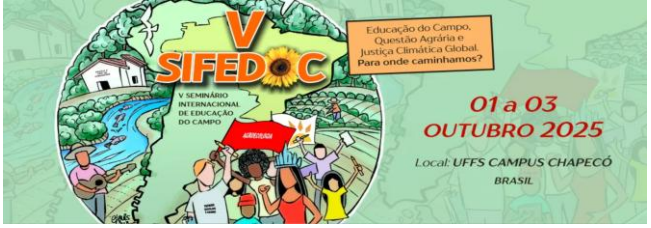
Este artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual fundamentada na Geografia Crítica sobre território e territorialidades, com o objetivo de explorar a interface entre o rio e a floresta, considerando que, no processo de apropriação do espaço, os ribeirinhos desenvolveram suas espacialidades formadas por práticas e vivências em um modo de vida ribeirinho persistente, profundamente enraizado em uma rede dendrítica[5] que organiza o território, onde as vias fluviais se destacam como principais referências e expressões socioculturais.

Tais experiências revelam não apenas modos específicos de ocupação e significação territorial, mas também apontam para práticas pedagógicas e políticas que se tornam estratégias de resistência frente às pressões externas. A valorização desses saberes e formas de viver é central para pensar as disputas territoriais contemporâneas e os caminhos possíveis para a emancipação dos povos amazônicos.

A Amazônia abriga uma rica diversidade sociocultural composta por grupos como caboclos, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, agricultores e quilombolas, que elaboram e reelaboram saberes, práticas e valores em seus territórios (Oliveira, 2015). Nesse contexto, o rio e a floresta formam uma relação orgânica e simbólica que molda profundamente o modo de vida das populações amazônidas. Mais que um recurso natural, o rio representa parte integral da vida, cultural e identidade, sendo espaço de sobrevivência, lazer, contemplação e práticas religiosas (Malheiro et al., 2008).

A integração da população ribeirinha ao ambiente escolar representa não apenas uma ação de inclusão social, mas uma oportunidade de valorização dos saberes tradicionais e de enriquecimento coletivo. Ao reconhecer suas culturas e práticas, promove-se uma educação mais diversa e significativa. Para isso, é

[5] O padrão dendrítico de organização do território define um sentido de organização de ordenamento e povoamento orientado principalmente pela circulação fluvial, acompanhando a via principal e seus afluentes (Corrêa, 1987, p. 196).



essencial que a oferta educacional seja construída em diálogo com as comunidades locais, respeitando suas formas de organização e modos de vida. Essa abordagem exige superar barreiras geográficas e infraestruturais, por meio de estratégias como o uso de tecnologias educacionais adaptadas e investimentos em transporte escolar, garantindo uma educação contextualizada, acessível e comprometida com as comunidades ribeirinhas.

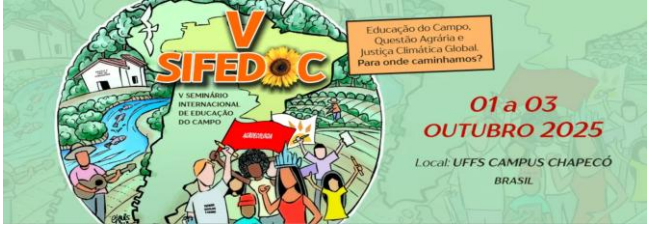
Diante desse panorama, a Educação do Campo surge como uma proposta pedagógica capaz de dialogar com essas territorialidades, reconhecendo e valorizando os saberes tradicionais e as formas de viver dos povos ribeirinhos. No entanto, para que essa educação seja efetivamente emancipadora, é necessário que esteja fundamentada em uma leitura crítica do território, como propõe a Geografia Crítica e a epistemologia marxista, compreendendo o espaço como produto de relações sociais e de poder.

Nesse sentido, o problema central que orienta este estudo é: Como a Educação do Campo, fundamentada na Geografia Crítica e na epistemologia marxista, pode contribuir para a valorização das territorialidades amazônicas e para a construção de práticas pedagógicas emancipadoras frente às pressões do modelo hegemônico de desenvolvimento?

A partir dessa questão, o objetivo do artigo é discutir como a Educação do Campo pode contribuir para a valorização das territorialidades amazônicas e para a construção de práticas pedagógicas emancipadoras frente às pressões do modelo hegemônico de desenvolvimento

Justifica-se, portanto, a realização deste estudo pela necessidade de aprofundar a reflexão sobre o papel da Educação do Campo na valorização das territorialidades, especialmente no contexto ribeirinho, e de contribuir para a construção de práticas pedagógicas que respeitem os modos de vida locais e enfrentem as desigualdades históricas que afetam essas populações.

Metodologia



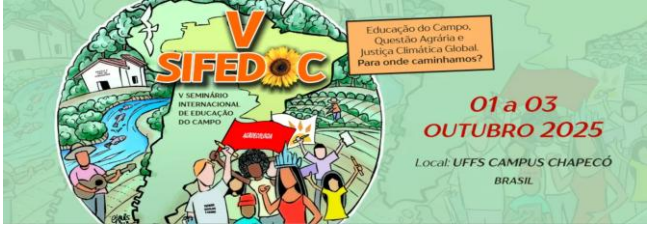
Este estudo adota uma abordagem qualitativa, dialética e bibliográfica, orientada pelos pressupostos da Geografia Crítica e da epistemologia marxista, com o objetivo de compreender as territorialidades amazônicas e suas implicações para a Educação do Campo. A escolha metodológica justifica-se pela natureza interpretativa da pesquisa, que busca analisar os sentidos atribuídos ao território pelos sujeitos ribeirinhos, bem como as práticas pedagógicas que emergem desses espaços de vida e resistência.

A abordagem qualitativa permite explorar as dimensões simbólicas, culturais e políticas que constituem os territórios ribeirinhos, valorizando os saberes locais e as experiências vividas pelas populações amazônicas. A perspectiva dialética, por sua vez, orienta a análise das contradições presentes nas relações entre os sujeitos e o espaço, especialmente no contexto das disputas territoriais e das tensões provocadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise crítica de obras que discutem território, territorialidade, educação e Amazônia, com destaque para autores como Haesbaert (2007), Santos (1999), Raffestin (2011), Saquet (2007), Oliveira (2015) e Malheiro et al. (2008).

O ensino de geografia na perspectiva da Educação do Campo: reflexões teóricas sobre Território e Territorialidade

A compreensão do território, no contexto da Educação do Campo, exige uma abordagem teórica que considere suas múltiplas dimensões, material e imaterial, e sua centralidade na construção das identidades territoriais dos sujeitos que vivem do e no campo. O conceito de território, amplamente discutido na Geografia, apresenta uma polissemia que tem gerado debates significativos nas ciências humanas, especialmente quando articulado às práticas sociais e culturais dos povos amazônicos. Nesse sentido, autores como Haesbaert (2007), Raffestin (2011), Santos (1999) e Saquet (2007) oferecem contribuições fundamentais para o entendimento das territorialidades.

Haesbaert (2007) destaca que o território não se limita à sua materialidade física, mas incorpora uma dimensão simbólica e subjetiva, constituída pelas estratégias de apropriação dos sujeitos. Essa perspectiva amplia o conceito tradicional



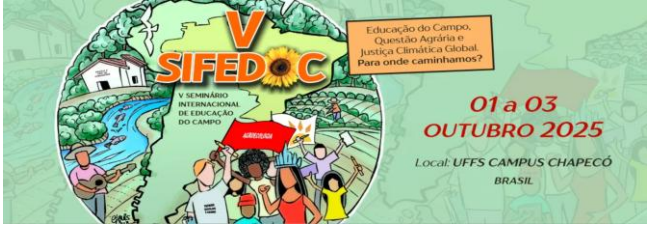
de território, vinculando-o à identidade e à história dos grupos sociais – ao "volume cultural". Raffestin (2011), por sua vez, enfatiza o território como produto das relações de poder e dominação, introduzindo o conceito de territorialidade como expressão das práticas sociais.

Já Santos (1999) propõe o conceito de "território usado", compreendido como espaço de convergência das ações humanas, onde se manifestam trocas materiais e espirituais, trabalho, moradia e afetividade, estabelecendo uma ligação profunda entre os indivíduos e o espaço que habitam. Complementando essa abordagem, Saquet (2007) concebe o território como campo complexo de dinâmicas interdependentes, sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais, que se consolidam ao longo do tempo e do espaço.

Essas reflexões teóricas nos permitem compreender o território e suas multiterritorialidades como espaço de resistência, identidade e pertencimento, cuja significação ultrapassa os limites físicos e se inscreve nas práticas cotidianas, nas relações com a natureza e nas formas de organização comunitária. Essas nuances, reforçam, como apontou Haesbaert (2007) a integração das dimensões simbolismo e funcionalidade como relações de poder que se expressam tanto nas práticas espaciais quanto na produção de significados. Essa abordagem integrada ajuda a compreender a complexidade dos territórios contemporâneos como espaços dinâmicos e multifacetados, onde o material e o imaterial se entrelaçam na construção da identidade territorial.

Rodrigues (2018) amplia essa discussão ao considerar o território como ambiente biofísico, composto por terra, água, vegetação e fauna, elementos que sustentam as relações de subsistência física e cultural dos habitantes. A territorialidade, nesse contexto, é o processo de domínio e significação desses elementos, resultando em territórios com características particulares, moldadas pelas interações entre aspectos materiais e imateriais

Castells (1999) entende a identidade social como aquilo que confere sentido à experiência de um grupo, destacando a valorização das tradições, práticas culturais e formas de organização como pilares da continuidade identitária. Embora abordem a temática por caminhos distintos, Castells e Haesbaert convergem na compreensão de



que a identidade territorial é uma expressão da identidade social, manifestada no pertencimento a um espaço geográfico compartilhado.

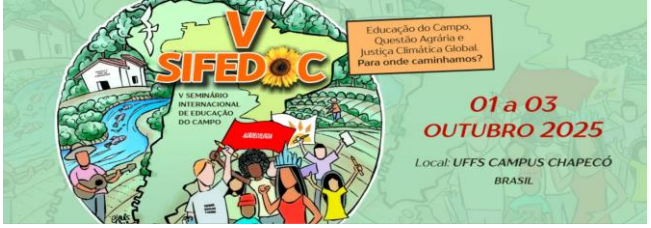
Nesse cenário, Cruz (2006) observa a emergência de novos sujeitos políticos entre as populações tradicionais da Amazônia, que, historicamente marginalizadas, mobilizam discursos e estratégias para reivindicar suas territorialidades. Essas comunidades não apenas resistem, mas “r-existem”, afirmando suas culturas, memórias e modos de vida frente às dinâmicas socioespaciais da região. Essa reexistência revela a potência das identidades territoriais como força política e cultural na construção da história amazônica.

Diante disso, torna-se imprescindível que as políticas e práticas pedagógicas nos territórios amazônicos sejam orientadas pelas identidades emergentes dessas populações, inserindo para além da visão funcionalista de território, a dimensão simbólica.

Com base na argumentação desenvolvida, é possível afirmar que a Educação do Campo, revela-se como uma potente ferramenta de valorização das identidades territoriais e culturais das populações amazônicas. A partir da concepção de que os sujeitos do campo são protagonistas de suas histórias, saberes e práticas, a educação torna-se um espaço de resistência, emancipação e construção coletiva de conhecimento.

Nesse sentido, a Geografia, como disciplina escolar, assume papel estratégico ao promover o reconhecimento das territorialidades vividas, das relações simbólicas com o ambiente e das práticas socioespaciais que estruturam o cotidiano das comunidades ribeirinhas. Ao incorporar conteúdos que dialogam com o universo haliêutico, com os modos de deslocamento fluvial, com as formas de organização comunitária e com os saberes tradicionais, o ensino de Geografia contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua realidade e capazes de atuar na transformação de seus territórios.

A noção de “ribeirinidades”, conforme proposta por Furtado (2015), amplia a compreensão sobre o modo de vida ribeirinho, evidenciando que não se trata apenas de uma categoria geográfica, mas de uma construção cultural complexa, marcada por relações profundas com o rio, com a pesca, com a coletividade e com os saberes transmitidos entre gerações. Essa perspectiva reforça a importância de uma educação



que respeite e celebre essas especificidades, promovendo o protagonismo dos sujeitos ribeirinhos na definição de seus próprios caminhos educativos.

Portanto, pensar a Educação do Campo é reconhecer a diversidade de sujeitos, territórios e práticas que compõem o espaço amazônico. É compreender que a escola do campo não pode ser dissociada da vida, da cultura e da luta dos povos que nela habitam. É, sobretudo, afirmar que a educação, quando construída a partir das realidades locais, torna-se um instrumento de resistência, de r-existência e de transformação social.

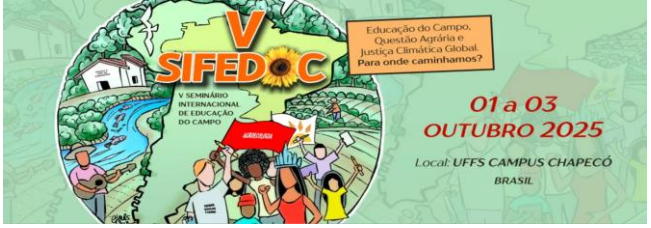
A articulação entre território, identidade e educação revela-se como um eixo fundamental para a construção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade sociocultural e ambiental da região, promovendo o protagonismo dos sujeitos do campo em suas lutas por reconhecimento, direitos e dignidade.

A partir das contribuições de autores como Caldart (2018), Cristo (2021), Rodrigues (2018), entre outros, evidencia-se que a Educação do Campo não pode ser pensada de forma dissociada das realidades concretas dos territórios amazônicos. Ao contrário, ela deve emergir das experiências vividas, dos saberes tradicionais e das práticas cotidianas que constituem a vida ribeirinha. Isso implica reconhecer que há múltiplas Amazônias, múltiplos modos de ser e viver, e que a escola precisa dialogar com essa pluralidade para ser efetivamente significativa.

Nesse sentido, o ensino de Geografia assume papel estratégico, não apenas como disciplina que estuda o espaço, mas como ferramenta de leitura crítica da realidade. Ao incorporar as categorias analíticas da geografia, como território, lugar, paisagem e região, e relacioná-las às vivências dos estudantes, a escola do campo pode promover uma educação que fortaleça o senso de pertencimento, valorize os saberes locais e contribua para a construção de uma cidadania ativa e engajada.

A educação, nesse contexto, torna-se um ato político, uma prática de resistência e de r-existência, capaz de desafiar os projetos hegemônicos que reduzem o campo à lógica do agronegócio e da exploração de recursos naturais.

Conclusão



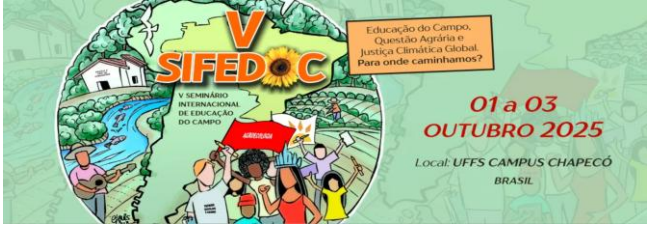
A presente reflexão evidenciou que a compreensão do território ribeirinho, no contexto da Educação do Campo, exige uma abordagem crítica, sensível e comprometida com as realidades socioculturais e ambientais das populações amazônicas. Ao longo do estudo, foi possível perceber que o território, enquanto categoria central da Geografia, não se limita à sua dimensão física ou funcional, mas incorpora significados simbólicos, afetivos e políticos que moldam as identidades dos sujeitos que o habitam.

A partir da epistemologia marxista e da Geografia Crítica, compreendemos que os territórios ribeirinhos são espaços de resistência e de r-existência, onde se articulam práticas sociais, saberes tradicionais e modos de vida profundamente enraizados na relação com o rio e a floresta. Nesse sentido, a Educação do Campo emerge como um projeto político-pedagógico contra-hegemônico, que busca reconhecer e valorizar essas territorialidades, promovendo uma educação contextualizada, emancipadora e transformadora.

O ensino de Geografia, inserido nesse contexto, assume papel estratégico ao incorporar as vivências dos estudantes como ponto de partida para o aprendizado, fortalecendo o senso de pertencimento e a identidade territorial. Ao promover o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes locais, a escola do campo torna-se espaço de construção coletiva do conhecimento, capaz de enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades socioespaciais e pelas limitações estruturais que ainda marcam a realidade das comunidades ribeirinhas.

Dessa forma, reafirma-se a importância de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade, respeitando as especificidades culturais, ambientais e territoriais dos povos da Amazônia. A valorização da diversidade sociobiodiversa, a superação das barreiras geográficas e a promoção de práticas pedagógicas integradas ao cotidiano das comunidades são caminhos possíveis para a construção de uma educação comprometida com os sujeitos do campo e suas multiterritorialidades.

Referências bibliográficas



CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S; MOLINA, M.C (org). **Por uma educação do campo**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. Cap. 4, 149-158.

CASTELS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p. 39-68, jul/set.1987.

CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de. **Formação em alternância nas Amazônias:** a Licenciatura em Educação do Campo/UNIFAP-AP e as interfaces com a educação-trabalhoterritório. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.

CRUZ, C. V. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Revista Terra Livre,** Goiânia, v. 1, n. 26, p. 63-89, Jan-Jun/2006.

FURTADO, L. G. A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
_____**Território e Multiterritorialidade**: um debate. Rio de Janeiro: Geographia, 2007.

MALHEIRO, B. C. P; VILAR, B. S; RIBEIRO, R; VELOSO, T. **Territórios da diferença: a relação cidade na Amazônia e sua expressão metropolitana na orla fluvial de Belém**. In: TRINDADE JR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008, p. 157-183.

OLIVEIRA, J. S. B. Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso à educação escolar. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 32, p. 73-95, jan/jun. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
RODRIGUES, Gilberto César Lopes. Quando a escola é uma flexa: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 8, n. 3, p. 396-422, set./dez. 2018.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Rio de Janeiro: Geographia, 1999.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.